

Informações Financeiras Intermediárias- ITR

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

30 de junho de 2017
com relatório dos auditores independentes sobre a revisão das
informações financeiras intermediárias - ITR

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Informações financeiras intermediárias - ITR

30 de junho de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras intermediárias - ITR	1
Informações financeiras intermediárias - ITR	
Balço patrimonial	3
Demonstração dos resultados.....	4
Demonstração dos resultados abrangentes.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias.....	9

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras intermediárias - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar, que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais, acima referidas, não foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional


Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às informações financeiras intermediárias, onde indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$56.583 mil durante o período findo em 30 de junho de 2017 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$872.066 mil. A Companhia necessita obter recursos financeiros significativos de seus acionistas ou de terceiros, para cumprir com os compromissos assumidos com o programa de concessão, conforme descrito na Nota Explicativa 26 e com as instituições financeiras contratadas. Conforme apresentado na Nota Explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida Nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 09 de agosto de 2017.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Wagner dos Santos Junior
Sócio - Contador CRC-1SP216386/O-1

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balço patrimonial
30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.800	5.388
Cientes e operações a receber	5	9.155	8.051
Impostos a recuperar		116	128
Adiantamentos diversos	6	4.933	4.288
Despesas antecipadas	7	4.838	2.055
		23.842	19.910
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	1.547	2.532
Adiantamento - partes relacionadas	8	-	2.651
Impostos e contribuições diferidos	23	61.488	30.778
Intangível	9	1.452.192	1.435.993
		1.515.227	1.471.954
Total do ativo		1.539.069	1.491.864
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	29.116	32.100
Empréstimos e financiamentos	12	789.589	855.612
Salários e obrigações trabalhistas	13	13.263	8.491
Obrigações fiscais	14	40.758	31.313
Arrendamento mercantil		197	495
Contas a pagar - partes relacionadas	8	17.263	10.031
Outras obrigações	11	5.722	4.331
		895.908	942.373
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	132.316	-
Arrendamento mercantil		-	96
Provisões para demandas judiciais	24	1.663	1.933
Obrigações fiscais	14	4.704	11.511
Provisão para manutenção	15	162.936	139.387
Impostos e contribuições diferidos	23	24.915	23.354
		326.534	176.281
Patrimônio líquido			
Capital social	16	380.000	380.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		200	200
Prejuízos acumulados		(63.573)	(6.990)
Total do patrimônio líquido		316.627	373.210
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.539.069	1.491.864

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) básico e diluído evidenciado por ação em reais)

	Nota	Trimestre atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do atual período 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual trimestre do período anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do período anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
Receitas operacionais líquidas	17	83.530	171.147	124.592	247.105
Custo dos serviços prestados e de construção	18	(63.665)	(124.076)	(89.830)	(187.172)
Resultado bruto		19.865	47.071	34.762	59.933
Despesas operacionais, líquidas:					
Administrativas	19	(4.489)	(7.326)	(2.666)	(5.863)
Salários e encargos sociais	20	(3.247)	(5.411)	(3.127)	(6.574)
Amortização		(347)	(2.506)	(880)	(1.796)
Administradores	21	(1.021)	(1.803)	(1.139)	(1.878)
Outras receitas operacionais, líquidas		182	312	228	508
		(8.922)	(16.734)	(7.584)	(15.603)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		10.943	30.337	27.178	44.330
Resultado financeiro líquido:	22				
Receitas financeiras		99	239	25	65
Despesas financeiras		(49.780)	(116.308)	(26.528)	(51.743)
		(49.681)	(116.069)	(26.503)	(51.678)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e contribuição social		(38.738)	(85.732)	675	(7.348)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	-	(2.559)	(3.346)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	13.168	29.149	3.575	7.153
		13.168	29.149	1.016	3.807
Lucro líquido (prejuízo) do período		(25.570)	(56.583)	1.691	(3.541)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante os períodos (em R\$)	16.b	(0,067)	(0,149)	0,004	(0,009)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Trimestre atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do atual período 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual trimestre do período anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do 1 período anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
Lucro líquido (prejuízo) do período	(25.570)	(56.583)	1.691	(3.541)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(25.570)	(56.583)	1.691	(3.541)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
	Subscrito	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	380.000	21.494	1.131	-	-	402.625
Prejuízo do período	-	-	-	(3.541)	-	(3.541)
Saldo em 30 de junho de 2016	380.000	21.494	1.131	(3.541)	-	399.084
Saldos em 31 de dezembro de 2016	380.000	-	-	(6.990)	200	373.210
Prejuízo do período	-	-	-	(56.583)	-	(56.583)
Saldos em 30 de junho de 2017	380.000	-	-	(63.573)	200	316.627

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(56.583)	(3.541)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem de construção	(382)	(2.302)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	3.346
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.149)	(7.153)
Amortização	11.099	8.656
Provisão para manutenção	14.359	16.324
Recomposição AVP	9.190	7.016
Juros sobre transações com partes relacionadas	-	1.104
Juros sobre empréstimos e financiamentos	101.013	40.351
Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	3.283	-
Provisão para demandas judiciais	260	-
Variação nos ativos e passivos:		
Cliente e operações a receber	(1.104)	5.128
Adiantamento – partes relacionadas	-	26.063
Impostos a recuperar	12	(4)
Depósitos judiciais	(530)	-
Despesas antecipadas	(1.798)	(2.755)
Outros valores a receber	(645)	(2.633)
Fornecedores	(3.231)	(14.719)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.772	4.600
Obrigações fiscais	(398)	7.980
Contas a pagar partes relacionadas	-	(298)
Outras obrigações	1.391	959
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	51.559	88.122
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(13.100)	(95.307)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(13.100)	(95.307)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Partes relacionadas	242	11.999
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(20.793)	(28)
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(18.496)	(6.209)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(39.047)	5.762
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(588)	(1.423)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.388	5.208
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.800	3.785
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(588)	(1.423)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Receitas	186.240	262.411
Receita de pedágio	170.871	171.071
Receita de construção	15.057	90.832
Outras receitas	312	508
Insumos adquiridos de terceiros	(104.025)	(176.136)
Custos dos serviços prestados	(82.571)	(81.900)
Custos de construção	(14.675)	(88.530)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.779)	(5.706)
Valor adicionado bruto	82.215	86.275
Amortização	(11.099)	(8.656)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	71.116	77.619
Valor adicionado recebido em transferência	239	65
Receitas financeiras	239	65
Valor adicionado total a distribuir	71.355	77.684
Distribuição do valor adicionado	71.355	77.684
Pessoal	21.875	21.644
Remuneração direta	16.867	16.546
Benefícios	3.854	3.989
F.G.T.S.	1.154	1.109
Impostos, taxas e contribuições	(10.747)	14.724
Federais	(19.307)	6.143
Estaduais	10	14
Municipais	8.550	8.567
Remuneração de capitais de terceiros	116.810	44.857
Juros	116.308	44.727
Aluguéis	175	130
Outros	327	-
Prejuízo do período	(56.583)	(3.541)
Prejuízo do período	(56.583)	(3.541)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 30 de janeiro de 2013 através da denominação social de Diana Participações e Investimentos S.A., sendo alterada para atual “Concebra” em 7 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária. Com sede na cidade de Goiânia, Goiás, a Companhia pertence ao grupo TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Controladora”). A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

A assinatura do Termo de Arrolamento dos Bens da Concessão Rodoviária foi realizada em 5 de março de 2014, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Estes investimentos deverão ser financiados por empréstimos de curto e de longo prazo e aporte de capital dos acionistas ou de terceiros. Em 21 de janeiro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., controladora da Concebra, aportou R\$261.000 para o projeto e no primeiro trimestre de 2015 aportou R\$119.000.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), a concessionária conta com 06 (seis) bases operacionais ao longo do trecho de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 (doze) primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$872.066, proveniente dos compromissos assumidos de empréstimos e financiamentos captados para os investimentos previstos no contrato de concessão. Conforme mencionado na Nota 12 a Companhia possui fiança corporativa, penhor, recebíveis e aval da Controladora como garantias do empréstimo.

No dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, bem como o *cross default* dado pela inadimplência de empréstimo junto ao BNDES de coligada da Controladora resultaram, após dois aditivos de prorrogação de prazo, no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Companhia.

Diante da perspectiva de não formalizar o contrato de financiamento sob a modalidade de longo prazo junto ao BNDES, a Controladora da Companhia estruturou formas alternativas de *funding* do projeto através do ingresso de novos sócios e/ou aumento de capital após alienação de ativos disponíveis para venda.

A Administração da Companhia e de sua Controladora entendem que estas ações contribuirão para a continuidade normal de suas operações e cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão.

2. Bases de preparação

2.1. Preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), IAS 34 - Informações Intermediárias - emitida pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Bases de preparação—Continuação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)--Continuação

As informações financeiras intermediárias foram autorizadas para divulgação pela diretoria em 09 de agosto de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

b) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Moeda funcional

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Normas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia, estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e o Comitê de Normas de Contabilidade Financeira dos EUA (FASB) emitiram um conjunto de novas normas e interpretações durante o ano findo em 31 de dezembro de 2016. A adoção antecipada destas normas é permitida para as entidades que apresentam suas informações financeiras de acordo com as normas IFRS.

A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e não determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais. No período findo em 30 de junho de 2017, não foram emitidas outras normas, alterações e interpretações de normas além das que seguem:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Convergência do IASB (" <i>International Accounting Standards Board</i> ") e FASB (" <i>Financial Accounting Standards Board</i> ") sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamento Mercantil	Refere-se à definição e à orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS 17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis até 30 de junho de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Natureza	30/06/2017	31/12/2016
Disponibilidades			2.028	2.568
Aplicações financeiras	60% a 62% do CDI	Aplicação automática	2.772	2.820
			4.800	5.388

Os recursos referem-se substancialmente a aplicações financeiras de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Clientes e operações a receber

	30/06/2017	31/12/2016
Arrecadação pedágio (i)		
Vale pedágio	1.048	1.217
Pedágio eletrônico	8.106	6.834
Uso da faixa de domínio	1	-
	9.155	8.051

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

6. Adiantamentos diversos

	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamento a fornecedores (i)	2.035	4.116
Adiantamento a funcionários (ii)	2.898	172
	4.933	4.288

(i) A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para prestação de serviços e pagamento antecipado na liberação das mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida que as mercadorias e serviços forem entregues e/ou prestados.

(ii) Substancialmente representado por pagamento antecipado de participação nos lucros e resultados aos colaboradores.

7. Despesas antecipadas

	30/06/2017	31/12/2016
Gasto com apólices de seguros (i)	6.195	4.020
Outros	190	567
	6.385	4.587
Circulante	4.838	2.055
Não Circulante	1.547	2.532

(i) Seguros contratados para riscos operacionais e de engenharia, com vencimento variando entre um e seis anos, sendo amortizados pelo prazo da vigência do contrato.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Partes relacionadas	30/06/17			31/12/16			
	Ativo intangível	Fornecedores	Contas a pagar	Adiantamento contratual	Ativo intangível	Fornecedores	Contas a pagar
Construtora Triunfo S.A. (i)	104.846	3.150	-	-	78.892	60	-
Vessel - LOG Serviços de Engenharia S.A. (ii)	-	4.427	-	2.651	-	-	2.243
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iii)	-	-	9.686	-	-	-	7.788
	104.846	7.577	9.686	2.651	78.892	60	10.031

- i. Valores referentes a fornecimento de serviços e adiantamentos conforme previsto no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total até o desembolso do recurso de longo prazo do BNDES, prazo de vigência de cinco anos. A Construtora Triunfo S.A. e a Companhia estão sob controle comum. A operação está coberta por carta de garantia fidejussória emitida pela THC – Triunfo Holding de Construções Ltda., controladora direta da Construtora Triunfo S.A.
- ii. Saldo referente a compra de veículos realizada em condições normais de mercados. A Companhia e a Vessel - LOG Serviços de Engenharia S.A. possuem a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. como controladora em comum.
- iii. Saldo refere-se a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas da holding TPI, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Intangível em serviço (ii)	Intangível em andamento (ii)	Provisão para manutenção	Adiantamentos a fornecedores (i)	Total
Saldo em 31/12/2015	962.557	150.762	68.954	150.329	1.332.602
Construções/aquisições	18.063	182.995	-	4.088	205.146
Compensações (iii)	-	-	-	(73.514)	(73.514)
Transferência	213.998	(213.998)	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	1.194.618	119.759	68.954	80.903	1.464.234
Construções/aquisições	5	25.847	-	1.446	27.298
Transferência	959	(25.465)	-	24.506	-
Saldo em 30/06/2017	1.195.582	120.141	68.954	106.855	1.491.532
Saldo em 31/12/2015	(9.154)	-	-	-	(9.154)
Amortização	(19.087)	-	-	-	(19.087)
Saldo em 31/12/2016	(28.241)	-	-	-	(28.241)
Amortização	(11.099)	-	-	-	(11.099)
Saldo em 30/06/2017	(39.340)	-	-	-	(39.340)
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2016	1.166.377	119.759	68.954	80.903	1.435.993
Saldo em 30/06/2017	1.156.242	120.141	68.954	106.855	1.452.192
Taxa de amortização	2% a 4,5% a.a.	-	-	-	-

(i) Os adiantamentos são representados principalmente por atendimento à cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$104.846 e outros fornecedores no montante de R\$2.009.

(ii) Do montante de ativo intangível em serviço e em andamento, R\$632.570, são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A..

(iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ocorreu a devolução dos valores adiantados para a Vessel-LOG no valor de R\$73.514, dos quais R\$54.000 foram devolvidos em moeda corrente e R\$19.514 através de cessão de créditos da TPI -Triunfo Participações e Investimentos S.A.. A Companhia e a Vessel - LOG Serviços de Engenharia S.A. possuem a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. como controladora em comum.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível - Continuação

O ativo intangível em serviço está assim representado:

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e acessos	Canteiro central, faixa de domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e infraestrutura de rádio comunicação	Sinalização	Outros ativos em serviço	Total
Saldo em 31/12/2015	531.173	261.698	59.953	44.786	4.578	27.445	32.924	962.557
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	18.063	18.063
Transferência/baixas	84.859	93.992	2.917	15.961	9.945	6.324	-	213.998
Saldo em 31/12/2016	616.032	355.690	62.870	60.747	14.523	33.769	50.987	1.194.618
Transferência	(14.161)	3.060	-	71	228	-	11.766	964
Saldo em 30/06/2017	601.871	358.750	62.870	60.818	14.751	33.769	62.753	1.195.582
Saldo em 31/12/2015	(3.621)	(1.784)	(409)	(305)	(31)	(187)	(2.817)	(9.154)
Amortização	(9.842)	(5.682)	(1.005)	(971)	(232)	(540)	(815)	(19.087)
Saldo em 31/12/2016	(13.463)	(7.466)	(1.414)	(1.276)	(263)	(727)	(3.632)	(28.241)
Amortização	(5.588)	(3.331)	(584)	(565)	(136)	(313)	(582)	(11.099)
Saldo em 30/06/2017	(19.051)	(10.797)	(1.998)	(1.841)	(399)	(1.040)	(4.214)	(39.340)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2016	602.569	348.224	61.456	59.471	14.260	33.042	47.355	1.166.377
Saldo em 30/06/2017	582.820	347.953	60.872	58.977	14.352	32.729	58.539	1.156.242

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se às mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota 12.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No período findo em 30 de junho de 2017, foram capitalizados R\$4.175 (R\$39.653 até 31 de dezembro de 2016).

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos à análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio de tráfego, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

Tipo de fornecedor	30/06/2017	31/12/2016
Construção civil	11.148	11.793
Aquisição de intangível	1.813	1.034
Manutenção de frota	1.348	1.464
Manutenção e conservação	394	741
Projetos	3.309	3.180
Serviços de operação	5.871	9.611
Serviço de transporte	266	576
Provisão para juros/multa de mora	3.011	2.768
Outros	1.956	933
	29.116	32.100

11. Outras obrigações

	30/06/2017	31/12/2016
Verba de fiscalização (i)	1.451	891
Segurança no trânsito (i)	1.021	1.532
Recursos para desenvolvimento tecnológico – RDT (i)	1.880	1.880
Seguros a pagar	670	-
Provisão de despesas (ii)	692	-
Outros	8	28
	5.722	4.331

- (i) O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de "fiscalização", para cobertura de despesas nesse processo, "segurança no trânsito", que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e "recursos para desenvolvimento tecnológico - RDT", aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação.
- (ii) As provisões de despesas são representadas principalmente por despesas relativas aos gastos com combustível, transporte de pessoal, vale alimentação, seguro de vida e odontológico e energia, relativos a operação da Companhia realizadas no período.

12. Empréstimos e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Vencimento	30/06/2017	31/12/2016
BNDES (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	TJLP + 2% a.a.	Dez/2016	706.672	824.990
BB (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	115.407	-
BDMG (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	69.257	-
BDMG (Cédula bancária)	Aval controladora + recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	30.570	30.622
				921.906	855.612
Circulante				789.589	855.612
Não circulante				132.316	-

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das informações financeiras intermediárias. Os referidos encargos são apropriados até a entrada em operação, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no intangível, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente nas obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (Nota 9).

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. Em 27 de março de 2015 houve o recebimento da segunda parcela no montante de R\$100.000, no dia 27 de maio de 2015 ocorreu a liberação da terceira parcela no montante de R\$160.000, a quarta parcela foi liberada em 29 de julho de 2015, no montante de R\$48.320, a quinta parcela no dia 14 de outubro de 2015, no valor de R\$13.001 e a sexta parcela no dia 16 de outubro de 2015, no valor de R\$68.162. O empréstimo ponte venceu no dia 15 de dezembro de 2016, conforme descrito na Nota Explicativa 1 e a Companhia encontra-se inadimplente. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "*Covenants*".

Em 02 de janeiro de 2017, o BNDES acionou as garantias das fianças bancárias emitidas pelo Banco do Brasil ("BB") e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") vinculados a liberação da 3º tranche, no montante inicial de R\$160.000. Os valores foram honrados nos dias 05 e 10 de janeiro pelo BDMG e BB. Em 23 de janeiro de 2017, foi formalizada, entre estas instituições financeiras e a Companhia, um novo acordo para pagamento dos valores afiançados mediante retenção de percentual da receita bruta mensal, correspondente a 24% até junho de 2017 e 27% a partir desta data, com prazo máximo de 36 meses.

Em 30 de janeiro de 2017 foi protocolado pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida total, líquida da parte honrada pelos fiadores.

Em 03 de fevereiro de 2017, na mesma Vara Federal, foi protocolado petição inicial por parte da Companhia, com distribuição por dependência ao processo encaminhado pelo BNDES, requerendo a suspensão do vencimento da dívida até que uma das seguintes alternativas seja determinada: (i) o BNDES conceda a Companhia o financiamento de longo prazo, e efetue o desembolso da primeira parcela do mesmo; (ii) as partes renegociem os termos do financiamento e cheguem a bom termo, com a formalização deste consenso; ou (iii) na impossibilidade de ambos, ocorra o trânsito em julgado da sentença que determine o reequilíbrio contratual da relação jurídica travada entre as partes.

Em 08 de fevereiro de 2017, foi indeferido a tutela judicial de urgência requisitada na petição inicial protocolada no dia 03 de fevereiro de 2017.

Até 30 de junho de 2017 os referidos processos não sofreram alterações.

A Companhia também captou recursos por meio de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") junto ao BDMG no dia 2 de setembro de 2015, no valor de R\$25.000, com carência inicial de 8 (oito) meses. O empréstimo venceu em 15 de dezembro de 2016 e foi renegociada com as seguintes condições: prazo de pagamento de 36 meses com 6 meses de carência para o principal; custo da operação de CDI + 2,5% a.a.; início da amortização dos juros em janeiro/2017; forma de amortização SAC. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "*Covenants*".

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Salários e obrigações trabalhistas

	30/06/2017	31/12/2016
Salários a pagar	2.063	1.809
Encargos sociais e previdenciários	742	773
Provisão para férias e 13º salário	5.379	2.087
Gratificações e participações a pagar	5.079	3.822
	13.263	8.491

14. Obrigações fiscais

	30/06/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS	244	-	863	-
COFINS	1.128	-	3.866	-
INSS	465	-	5.331	-
IRRF	106	-	994	-
CSRF	26	-	838	-
ISS	18.108	-	16.096	-
Parcelamentos	20.681	4.704	3.325	11.511
	40.758	4.704	31.313	11.511

a) Parcelamentos

A Companhia decidiu aderir ao Programa de Parcelamento Tributário - PRT, os débitos federais correspondentes a PIS, COFINS, IRRF e INSS que totalizam os montantes atualizados de R\$25.385, que estão registrados no passivo circulante e não circulante nas rubricas de obrigações tributárias, nestes foram inclusos multa de 20% e juros de 1% a.m., atualizados mensalmente pela taxa Selic. O cronograma de pagamento está assim demonstrado:

Ano	30/06/2017					Total
	PIS	COFINS	IRRF	CSLL	INSS	
2017	3.179	14.674	943	709	517	20.022
2018	-	-	-	-	1.176	1.176
Após 2018	-	-	-	-	4.187	4.187
	3.179	14.674	943	709	5.880	25.385

15. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao período de 2021 a 2024, descontando a valor presente à taxa interna de retorno de 14,12% a.a., conforme quadro abaixo:

	31/12/2016	Constituição a valor presente	Recomposição AVP	30/06/2017
	Pavimentação de pistas, acostamentos e acessos	109.293	11.259	7.211
Canteiro central/faixa de domínio	428	40	26	494
Obras de arte especiais	2.103	217	138	2.458
Terraplenagem e estruturas de contenção	272	30	19	321
Drenagem/obras de arte correntes	6.816	702	448	7.966
Sinalização	20.374	2.104	1.342	23.820
Outros	101	7	6	114
	139.387	14.359	9.190	162.936

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para manutenção--Continuação

Após o início das atividades de cobrança de pedágio, a Companhia reconheceu a provisão para manutenção sobre as obras já entregues no resultado do período no valor de R\$14.359 no grupo custos dos serviços prestados e R\$9.190 como ajuste a valor presente no grupo de despesas financeiras.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é representado por 380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Prejuízo por ação

O cálculo básico e diluído de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(56.583)	(3.541)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico e diluído	<u>380.000.000</u>	<u>380.000.000</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,149)	(0,009)

c) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2016, a Companhia recebeu recursos no montante de R\$200 da acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo") a título de adiantamento para futuro aumento de capital, com objetivo de convertê-lo em capital social e, portanto, sem possibilidade de devolução.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas operacionais líquidas

	Trimestre atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do atual período 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual trimestre do período anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do período anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
Receitas:				
Receita de pedágios	87.470	170.871	86.524	171.071
Receita de construção	3.626	15.057	45.553	90.832
	91.096	185.928	132.077	261.903
Impostos sobre faturamento:				
(-) PIS sobre faturamento	(569)	(1.111)	(562)	(1.112)
(-) COFINS sobre faturamento	(2.624)	(5.126)	(2.596)	(5.132)
(-) ISS sobre serviços prestados	(4.373)	(8.544)	(4.327)	(8.554)
	(7.566)	(14.781)	(7.485)	(14.798)
Receita operacional líquida	83.530	171.147	124.592	247.105

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$15.057 dos ativos da concessão medidos e realizados no período findo em 30 de junho de 2017 que contempla 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no mesmo período.

18. Custos dos serviços prestados e de construção

	Trimestre atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do atual período 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual trimestre do período anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do período anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
Pavimentação	(14.587)	(26.100)	(28.618)	(53.640)
Duplicação de pista	-	-	(7.625)	(16.859)
Edificações operacionais	(1.195)	(2.057)	(775)	(2.576)
Custo com empréstimos	-	(4.175)	(1.989)	(4.252)
Roçada e poda vegetal	(6.828)	(12.194)	(10.200)	(25.720)
Folha de pagamento	(9.435)	(18.180)	(9.512)	(17.808)
Obras de artes especiais	-	(71)	(3.016)	(4.392)
Projetos	(1.973)	(3.374)	(2.247)	(2.628)
Seguros	(53)	(87)	(71)	(89)
Serviços tomados	(8.001)	(15.759)	(6.621)	(15.184)
Custos contratuais	(3.918)	(8.483)	(3.985)	(9.166)
Amortização	(5.925)	(8.563)	(3.584)	(6.860)
Provisão para manutenção	(7.180)	(14.389)	(8.161)	(16.324)
Outros	(4.570)	(10.644)	(3.426)	(11.674)
	(63.665)	(124.076)	(89.830)	(187.172)
Custo de construção	(3.535)	(14.675)	(44.249)	(88.530)
Custos dos serviços prestados	(60.130)	(109.401)	(45.581)	(98.642)

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas administrativas

	Trimestre atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do atual período 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual trimestre do período anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do período anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
Prestadores de serviços	(2.309)	(3.213)	(486)	(1.634)
Materiais, equipamentos e veículos	(278)	(573)	(20)	(441)
Provisões	(189)	(328)	-	-
Despesas gerais (*)	(1.701)	(3.200)	(2.106)	(3.734)
Despesas com tributos	(12)	(12)	(54)	(54)
	(4.489)	(7.326)	(2.666)	(5.863)

(*) Substancialmente composta por gastos com rateio de despesas compartilhadas da controladora e gastos fixos como água, energia e internet.

20. Salários e encargos sociais

	Trimestre atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do atual período 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual trimestre do período anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do período anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
Salários e remunerações	(2.032)	(3.371)	(1.615)	(3.259)
Encargos sociais e trabalhistas	(808)	(1.327)	(706)	(1.568)
Benefícios	(400)	(699)	(787)	(1.723)
Outras despesas com pessoal	(7)	(14)	(19)	(24)
	(3.247)	(5.411)	(3.127)	(6.574)

21. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

O valor dos honorários pagos à diretoria até 30 de junho de 2017 foi de R\$1.500 (R\$1.878 em 30 de junho de 2016), integralmente reconhecido no resultado. Adicionalmente a título de participação nos lucros foi realizado a provisão no valor de R\$ 303 reconhecidos integralmente no resultado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 30 de junho de 2017 e 2016, está assim composto:

	Trimestre atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do atual período 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual trimestre do período anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do período anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
Receitas financeiras:				
Descontos obtidos	42	109	4	18
Rendimento sobre aplicações financeiras	57	130	21	47
	99	239	25	65
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamento (i)	(41.420)	(100.932)	(20.927)	(40.492)
Juros sobre obrigações com fornecedores	(1.195)	(1.787)	-	-
Juros e multas sobre obrigações fiscais	(1.688)	(3.036)	-	-
Despesas bancárias	(70)	(127)	(1.323)	(3.091)
AVP Provisão de manutenção	(4.334)	(9.190)	(3.508)	(7.016)
Juros diversos	(1.073)	(1.236)	(770)	(1.144)
	(49.780)	(116.308)	(26.528)	(51.743)
	(49.681)	(116.069)	(26.503)	(51.678)

- (i) Representado por juros nominais, provisão de multa e juros de inadimplência referentes ao empréstimo com BNDES, vencido desde o dia 15 de dezembro de 2016, bem como o custo de operação pela execução dos contratos de fiança descritos na Nota 12.

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

i) *Ativo*

Ativo	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízos fiscais e base negativa	27.328	5.013
Provisão para manutenção	31.953	23.946
Diferenças temporárias	2.207	1.819
	61.488	30.778

ii) *Passivo*

Passivo	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social		
Custos de empréstimos	13.389	11.969
Margem de construção	7.346	7.226
Outros	4.180	4.159
	24.915	23.354

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--continuação

b) Resultados dos períodos

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos registrados em 30 de junho de 2017 e 2016 são demonstrados abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Imposto de renda	21.433	2.799
Contribuição social	7.716	1.008
	29.149	3.807

O demonstrativo da apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Trimestre atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do atual período 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual trimestre do período anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do período anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(38.738)	(85.732)	675	(7.348)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	13.168	29.149	(230)	2.498
<u>IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):</u>				
Margem de construção (diferença temporária)	31	130	393	783
Provisão para manutenção	(3.916)	(8.007)	(3.968)	(7.936)
Custo sobre empréstimos (diferença temporária)	-	1.420	1.189	1.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal	(8.798)	(22.315)	-	-
Indenização de seguros	59	98	52	135
Outras adições e exclusões permanentes	(544)	(465)	5	12
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período	13.168	29.149	1.016	3.807
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)	34%	52%

A movimentação dos saldos patrimoniais segue abaixo:

Movimentação:	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Saldo em 30/06/2017
IRPJ/CSLL diferidos – Ativo	30.778	30.710	61.488
IRPJ/CSLL diferidos – Passivo	(23.354)	(1.561)	(24.915)
	7.424	29.149	36.573

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisões para demandas judiciais

A Companhia está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas, levando em consideração a opinião de seus consultores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão em 30 de junho de 2017 no montante de R\$2.193 (R\$1.933 em 31 de dezembro de 2016).

Há ainda outras causas de natureza trabalhista e cível em andamento, nos montantes aproximados de R\$9.693 e R\$9.216 (R\$3.485 e R\$5.161 em 31 de dezembro de 2016) respectivamente, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos consultores jurídicos da Companhia.

	Provisões 31/12/16	Depósitos judiciais	Provisões líquidas 31/12/2016	Adições	Baixas	Provisões 30/06/2017	Depósitos judiciais	Provisões líquidas 30/06/2017
Trabalhistas ^(a)	731	-	731	223	-	954	(205)	749
Cíveis ^(b)	821	-	821	-	(274)	547	(325)	222
Tributárias ^(c)	381	-	381	311	-	692	-	692
Total	1.933	-	1.933	534	(274)	2.193	(530)	1.663

(a) As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, horas *in itinere*, adicional de salubridade e periculosidade, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatício.

(b) As principais causas cíveis têm origem em solicitações de ressarcimento dos usuários quanto a sinistros ocorridos na faixa de domínio nas rodovias e em execução de títulos.

(c) Referente a liminar para exclusão dos valores de ISS da receita bruta na base de cálculo do PIS e COFINS.

25. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “*all risks*” para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Cobertura de seguros--Continuação

<u>Marcos contratuais</u>	<u>Valor da importância segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Risco de responsabilidade civil, de engenharia e operacional	3.249.132	Abr/17 a mar/18
Garantia de execução da concessão	474.428	Jan/17 a jan/18
Risco de engenharia – duplicação	2.907.398	Abr/14 a mar/20

26. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020 a 2044</u>	<u>Total geral</u>
<u>Compromissos futuros:</u>					
Recuperação da rodovia	48.530	95.061	65.308	-	208.899
Obras de arte	-	45.564	91.128	91.128	227.820
Obras de ampliação e melhorias	536.969	650.766	765.656	535.211	2.488.602
Manutenção da rodovia	-	-	-	2.724.520	2.724.520
Obras de ampliação e melhorias	-	-	-	1.239.034	1.239.034
Outas obras de aplicação e melhorias	50.000	50.000	50.000	-	150.000
Obras civis lançamento de fibra óptica	20.000	-	-	-	20.000
Gestão ambiental	23.404	37.603	23.276	78.226	162.509
Sistemas e equipamentos	1.272	-	2.229	211.415	214.916
Edificações	24.330	24.330	-	90.465	139.125
Veículos	-	1.190	6.953	63.005	71.148
Projetos/Ensaio/Estudos	10.654	2.812	1.962	146.467	161.895
Desapropriações	2.727	505	34	4.322	7.588
	<u>717.886</u>	<u>907.831</u>	<u>1.006.546</u>	<u>5.183.793</u>	<u>7.816.056</u>
<u>Outros compromissos</u>					
Complemento contorno Goiânia	100.000	40.000	-	-	140.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	17.697	70.788
Obra de acesso ao aeroporto de Goiânia	25.000	-	-	-	25.000
	<u>142.697</u>	<u>57.697</u>	<u>17.697</u>	<u>17.697</u>	<u>235.788</u>
	<u>860.583</u>	<u>965.528</u>	<u>1.024.243</u>	<u>5.201.490</u>	<u>8.051.844</u>

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- (i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- (ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- (iii) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Compromissos com a concessão--Continuação

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, segurança no trânsito e recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT) perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização	Segurança no trânsito	Recurso para desenvolvimento tecnológico	Total
2017	10.404	2.352	1.740	14.496
2018	10.404	2.352	1.740	14.496
2019	10.404	2.352	1.740	14.496
2020 até 2044	249.696	56.446	41.760	347.904
	280.908	63.502	46.980	391.392

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- (i) Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
- (ii) Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos - são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- (iii) Contas a receber – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas informações financeiras intermediárias.
- (iv) Contas a pagar - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2017 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros disponíveis para venda.

a) *Risco de taxas de juros*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) *Risco de preço e valor de mercado*

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato em 14,12% de TIR (Taxa Interna de Retorno).

c) *Risco regulatório*

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

c) *Risco regulatório*--Continuação

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

d) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato específico, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e) *Risco de liquidez*

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

f) *Hierarquia de valor justo*

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de baixo risco e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP, e aos contratos firmados junto ao BB e BDMG que possui taxa fixa de 2,5% a.a. acrescida de CDI.

Os CPC's 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 30 de junho de 2017, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 30 de junho de 2017, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 30 de junho de 2017, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras no período de um ano, conforme segue:

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
BNDDES - TJLP + 2% a.a.	706.672	706.672	706.672
Despesa financeira projetada	67.134	83.918	100.701
Variação	-	16.784	33.567
BB - PONTE - CDI + 2,5% a.a.	115.407	115.407	115.407
Despesa financeira projetada	14.426	18.032	21.639
Variação	-	3.606	7.213
BDMG - PONTE - CDI + 2,5% a.a.	69.257	69.257	69.257
Despesa financeira projetada	8.657	10.821	12.986
Variação	-	2.164	4.329
BDMG - CCB - CDI + 4,25% a.a.	30.570	30.570	30.570
Despesa financeira projetada	3.821	4.777	5.732
Variação	-	955	1.911

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, representam a posição de endividamento em 30 de junho de 2017, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

28. Eventos subsequentes

Em 22 de julho de 2017, a Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Controladora”) e suas controladas Concer, Maestra, NTL, Dable e Vessel ajuizaram na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de homologação judicial de planos de recuperação extrajudicial nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral.

O pedido de homologação judicial dos planos de recuperação extrajudicial ocorre principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas de concessão rodoviária Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de parte das empresas investidas da Controladora; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer, na Concebra e na Vessel.

Os planos de recuperação extrajudicial abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Controladora e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Eventos subsequentes--Continuação

O pedido de homologação foi deferido em 25 de julho de 2017 pela 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais, da Comarca de São Paulo. O deferimento consiste em: (i) processamento da recuperação extrajudicial; (ii) suspensão das ações, execuções e pedidos de falência realizados pelos credores abrangidos pelos planos de recuperação extrajudicial pelo prazo de 180 dias; (iii) publicação do edital de convocação dos credores, no órgão oficial e em jornal de grande circulação nacional ou das localidades da sede e de eventuais filiais das recuperandas, convocando os credores e eventuais interessados, para apresentação de impugnações ao plano de recuperação extrajudicial, no prazo de 30 dias, contados da publicação, juntando a prova do seu crédito; e (iv) envio de carta, pelas recuperandas, a todos os credores abrangidos pelo plano, informando a distribuição do pedido, as condições do plano e o prazo para impugnação.